

Apresentação

DOI: 10.14393/DL20-v9n4a2015-1

Algumas facetas históricas da disciplina escolar “Língua Portuguesa”

“As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade” (CHERVEL, 1990, p. 224).

André Chervel, linguista e gramático francês, teorizou sobre a importância da história das disciplinas escolares, uma vez que elas são produções escolares configuradas para transformar o ensino em aprendizagem. Como assinala Pinto (2014), uma disciplina escolar está “estritamente articulada à cultura escolar”, e sua constituição “é permeada por momentos de estabilidade e transformação, seja por impacto de reformas educacionais, de reorganização curricular, de alteração do público, seja por mudança de método de ensino”. Contrariando as discussões sobre reprodução escolar, Chervel (1990) abre espaço para a criação da cultura escolar e das fabricações no interior do próprio sistema escolar.

A disciplina escolar “Língua Portuguesa” vem sendo estudada no campo da Linguística Aplicada, da Linguística (com destaque para o campo da História das Ideias Linguísticas), da Teoria Literária e da Educação. Inspiradas ou não nas ideias de Chervel (entre outros pesquisadores da História da Educação), as pesquisas brasileiras procuram compreender de forma inter/transdisciplinar o contexto histórico, social e político *antes e depois* da criação oficial de uma disciplina escolar para ensino obrigatório da Língua Portuguesa na segunda metade do século XIX (cf. BATISTA, 1999; FAVERO, 2000; RAZZINI, 2000; SOARES, 2004; BUNZEN, 2011). O presente número temático da revista Domínios de Lingu@gem, composto por 9 artigos, procura contribuir para ampliação e aprofundamento de algumas facetas desta disciplina, com destaque para os diferentes pontos de vista e referenciais epistemológicos/metodológicos na tentativa de construirmos uma prática historiográfica.

Entre os séculos XVI e XVIII, o foco principal das discussões acadêmicas aponta para a ausência do vernáculo e a grande ênfase ao ensino das línguas clássicas (latim e grego), assim como de suas produções literárias. O currículo prescrito pela igreja Católica (via diferentes ordens religiosas – com destaque para os padres jesuítas) possibilita uma reflexão sobre os objetivos do ensino de língua e de gramática. O *Ratio studiorum* de 1599 e as obras literárias,

utilizadas durante vários séculos servem de *corpus* para que possamos compreender a grande ênfase do no currículo Humanista entre os séculos XVI e XIX (cf. CHERVEL; COMPÈRE, 1999).

No campo da Filologia e da Linguística, uma grande parte das pesquisas volta-se para as gramáticas produzidas em Portugal e no Brasil. O processo de **gramaticalização** da língua portuguesa – no sentido dado por Auroux (2009) – indica-nos diferentes questões que envolvem um amplo processo de negociação entre diferentes políticas linguísticas, em territórios plurilíngues. A obrigatoriedade do ensino do português nas escolas do Reino de Portugal, entre os séculos XVIII e XIX, passou fortemente pelas discussões implementadas pelo Marquês de Pombal (cf. FAVERO, 2000; BUNZEN, 2009), assim como pelas discussões de “ensinar tudo a todos” (ver, por exemplo, a posição de Comenius em *Didactica magna* [1649]) e de alguns pensadores iluministas (ver, por exemplo, *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antonio Verney [1746]) que defendiam o ensino do vernáculo juntamente com o ensino do latim, do grego e do hebraico.

Por tal razão, este número temático inicia-se com o artigo intitulado *Gramática e texto literário na gênese da disciplina escolar*, em que Rejane Almeida de Medeiros apresenta um olhar retrospectivo para compreendermos a relação imbricada entre a **tradição gramatical** e a **tradição literária** para o surgimento da disciplina escolar “Língua Portuguesa”. A pesquisadora faz uma viagem em documentos escritos dos séculos XVI ao XIX para demonstrar que não podemos reduzir a relação entre “texto” e “ensino de gramática” as discussões contemporâneas, desafiando-nos a pensar que o “texto” sempre esteve de alguma forma nas aulas de língua. Suas análises e exemplos demonstram que o texto literário era utilizado com diferentes funções, com destaque para a função de “modelo” ou de “exemplo” de uma determinada norma-padrão legitimada pelo processo de escolarização.

As aulas de Português do século XIX surgem em profundo diálogo com as aulas de latim do ponto de vista da escolha das unidades de análise, dos procedimentos metodológicos e do *ethos* profissional. Vale lembrar que, muitas vezes, era o mesmo docente responsável por tais disciplinas escolares. O ensino da língua portuguesa foi introduzido aos poucos ao longo do século XIX, como demonstram as análises dos programas do Colégio Pedro II (cf. RAZZINI, 2000). A fabricação e a permanência do ensino da língua materna impulsionam a **produção de impressos escolares** para o ensino do vernáculo em Portugal e no Brasil. Surgem, assim, ao longo do século XIX, diferentes gramáticas pedagógicas, antologias, seletas, cartilhas e

crestomatias. Nos materiais adotados no Colégio Pedro II, conforme analisa Medeiros, o texto literário, de autores portugueses e brasileiros, faz parte de diferentes disciplinas escolares (Gramática Filosófica, Retórica, Poética, Literatura Nacional), que se hibridizaram ao longo do século XX.

Em seguida, o artigo de Emília Helena Portella Monteiro de Souza explora também impressos escolares do século XIX para o ensino de língua portuguesa. O foco desloca-se dos estudos sobre o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro para as escolas da Bahia. Intitulado *Manuais de ensino de língua portuguesa na Província da Bahia no século XIX*, a pesquisa documental ajuda-nos a compreender duas gramáticas escolares que circularam em escolas primárias. Assim como as discussões de Medeiros, a autora explica com exemplos concretos como as gramáticas filosóficas dos séculos XVII e XVIII interferem nas concepções das produções didáticas do século XIX. Além disso, chama atenção o fato de percebermos os primeiros exercícios e atividades produzidos diretamente para os alunos das escolas primárias. Ao fazer uma breve retrospectiva do ensino primário, a discussão sobre o ensinar a ler e escrever por meio de cartilhas, livros de leitura e gramáticas pedagógicas para o ensino primário completa as reflexões de Medeiros sobre o ensino secundário. Embasada em uma metodologia da História da Leitura e dos impressos, a pesquisadora traça um levantamento das obras didáticas que circulavam nas escolas baianas no século XIX e indica algumas características das gramáticas pedagógicas. Destacamos aqui duas facetas importantes, a saber: (i) a escolha de determinados objetos de ensino gramaticais nos níveis morfológicos e sintáticos, com base em determinadas concepções filológicas e semânticas; (ii) o tratamento didáticos dos exercícios gramaticais, cada vez mais comuns nas obras do século XX.

Utilizando-se de um procedimento comum aos trabalhos em Educação Comparada, o artigo *O berço francês na nossa educação: do projeto do Colégio Pedro II ao Bac-Enem*, de autoria de Cynthia Agra de Brito Neves, analisa as influências do ensino francês no currículo brasileiro. Os três primeiros artigos deste número retomam e ampliam vários elementos do contexto político e econômico entre os séculos XVI e XIX da relação entre a Europa e o Brasil. Um dos focos privilegiados é o currículo do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, especialmente o caráter propedêutico do ensino secundário desde o século XIX, responsável inclusive pela emergência da disciplina Língua Portuguesa (cf. RAZZINI, 2000, 2010; BUNZEN, 2009, 2011). As alterações do Colégio Pedro II impactaram o ensino secundário brasileiro, especialmente pela construção dos programas de ensino, dos Exames Preparatórios para o

Ensino Superior; e pela produção de impressos escolares. Além disso, a pesquisadora faz relações com o ingresso no ensino superior nos dois países (Brasil e França) no final do século XX e início do século XXI. Para tanto, parte de dados de sua tese de doutorado e compara aspectos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o *Baccalauréat* (sistema para a entrada no ensino superior francês). A relação da disciplina escolar com os preparatórios para o ensino superior e o efeito retroativo dos exames e vestibulares são aspectos que permanecem ao longo dos séculos, questionando-nos sobre as escolhas curriculares e de objetos de ensino para o Ensino Médio (cf. BUNZEN; MENDONÇA, 2005).

O diálogo entre o “passado” e o “presente” se faz visível também no artigo *Pela descolonização do ensino de Língua Portuguesa no Brasil*, escrito por Humberto Borges e Edite Consuelo da Silva Santos. Os autores tematizam concepções e crenças sobre o ensino da língua oral e seus falantes, assim como a centralidade curricular nos aspectos da modalidade escrita. A perspectiva interpretavista crítica assumida no texto anuncia aspectos centrais para compreensão do Português falado no Brasil (PB) e sua (inter)relação com as línguas indígenas e africanas, assim como a língua falada em Portugal. Compreender aspectos que compõem o PB torna-se central para compreensão da disciplina Língua Portuguesa, pois vemos forças centrípetas e centrífugas que agem no imaginário e nas ações docente ao ensinar português no contexto brasileiro. A questão ganha maior relevância com a criação de leis recentes que impactam o currículo das escolas, uma vez que destacam “o ensino das literaturas de língua portuguesa que representam ou que sejam de autoria de indígenas, afro-brasileiros e africanos”. Borges e Santos continuam com discussões importantes sobre o período colonial e imperial com compreendermos a constituição da gramática do PB, ampliando a discussão para o ensino contemporâneo. No intuito de contemplar o plurilinguismo constitutivo da língua portuguesa falada do Brasil, sugerem um trabalho didático com mecanismos sintáticos da língua oral de maneira inter-cultural. Ou seja, procuram distanciar as discussões comuns que ficam presas ao cenário europeu (Portugal-Brasil) e apontam contribuições dos povos ameríndios e africanos na constituição da gramática do PB. Em suma: são contribuições que ajudam os profissionais da Educação a (re)pensar os objetivos e as formas de compreender o português falado no Brasil e as formas de transformar algumas dimensões em objetos de reflexão no processo de escolarização (cf. SOARES, 2004; BAGNO *et al*, 2002).

Permanências e rupturas marcam, de fato, o processo de compreender as concepções de ensino de língua em uma perspectiva diacrônica. Os impressos escolares, fontes documentais

importantes para compreensão de algumas facetas, são estudados no intuito de compreensão das concepções de língua(gem), ensino e também do trabalho docente. No artigo *Concepções diferenciadas sobre o trabalho do professor de Língua Portuguesa expressa em textos introdutórios de livros didáticos*, Ana Cecília Gonçalves analisa, com base na perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo, dois momentos importantes para a disciplina de Língua Portuguesa. Sua análise dos materiais didáticos escolhe: um período de emergência da disciplina no Brasil (início do século XX até os anos 60), com um perfil profissional bastante específico, bem como alunos oriundos de grupos sociais privilegiados; e o início da década de 80, visto como uma época de reflexões sobre o ensino-aprendizagem de línguas, reformulações curriculares e que dá origem ao “discurso da mudança” (cf. PIETRI, 2003). A análise do folhado textual, com base nas ferramentas analíticas do ISD proposto por Bronckart, revela questões importantes sobre a concepção do trabalho do professor no contexto de produção das obras “Português” de Domingos Paschoal Cegalla (publicada antes dos anos 60) e “Novo português através de textos”, de Magda Soares (publicada em 1982). A escolha dos textos introdutórios de livros didáticos e a análise textual e linguística impulsionam novos olhares para a compreensão histórica sobre as representações do trabalho docente, como já iniciadas por Magda Soares (2001).

Os últimos artigos deste número, apresentam aspectos do ensino de LP mais contemporâneo e algumas questões emergentes. Em *Discurso docente sobre conceitos no ensino de língua portuguesa como língua materna e consciência linguística crítica*, Guilherme Veiga Rios desloca o foco para os cursos de formação continuada de professores e o processo de apropriação conceitual. Amparado nos Estudos do Letramento e na Análise Crítica do Discurso, campos emergentes na Linguística Aplicada para interpretar os saberes docentes, suas representações, crenças e valores sobre a linguagem, o pesquisador discute também o trabalho docente sob a ótica dos próprios professores. Na mesma direção do trabalho de Gonçalves, vemos algumas permanências conceituais e metodológicas no ensino de língua que permanecem ao longo do tempo e a emergência de uma visão mais crítica e antropológica que acredita em um ensino de língua(gem) diferenciado e voltado para a ampliação de determinadas práticas de letramento. De fato, a inovação no ensino não surge ao acaso. Por isso, são necessários diferentes agentes e processos de formação que procurem compreender as trajetórias dos sujeitos, suas identidades e concepções sobre os mais diversos conceitos (texto, língua, discurso, leitura, ensino de língua etc.). Desta forma, podemos avançar no sentido de

vislumbrar cursos de Licenciatura em Letras que de fato se preocupem com a formação profissional que envolve concepções diversas e complexas que impactam a construção da identidade docente e as práticas cotidianas nas escolas.

O surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa no final do século XX também impacta as representações e identidades docentes, trazendo novos discursos e possibilidades sobre o ensino de língua portuguesa. O trabalho com o texto, o tratamento da variedade linguística, a escolarização do texto literário, o ensino da oralidade, a possibilidade do trabalho com a prática de análise linguística, os gêneros como objeto de ensino, a abertura para diferentes campos/esferas da atividade humana, a indicação de trabalho com projetos e sequências didáticas, entre outras temáticas, desafiaram professores, gestores, pesquisadores e formadores nos últimos 15 anos. Por tal razão, João de Deus Leite aborda em seu trabalho as diretrizes oficiais do ensino de Língua (expressas nos PCNs de LP) e a construção de uma posição-enunciativa construída pelo professor no âmbito do trabalho docente. Em *Aula de Língua Portuguesa: entre as diretrizes oficiais e seus efeitos em sala de aula*, o autor apresenta-nos uma importante contribuição ao relacionar a posição discursiva-enunciativa dos professores em sala de aula com os saberes que o constituem. Com base em estudos Enunciativos e na Psicanálise, as discussões indicam como um professor de língua portuguesa, na instância discursiva de sala de aula, (re)elabora relações com o saber e com os alunos em “cenas enunciativas” apresentadas e discutidas pelo pesquisador. Ao focalizar questões sobre o ensino da gramática descritiva e normativa, Leite apresenta a complexidade de saberes em jogo na sala de aula e dos discursos oficiais, além dos modos de usos dos livros didáticos. Concordamos com o autor que para compreender tais práticas/discursos/modos de fazer e de ensinar torna-se necessário compreender dimensões constitutivas do histórico e do cultural.

Denise Lino de Araújo e Isabelle Guedes da Silva Souza continuam as reflexões anteriores sobre os documentos oficiais parametrizadores do ensino de língua portuguesa nacionais e locais. O artigo, intitulado *A dimensão política da Transposição didática sobre a análise linguística em documentos parametrizadores para o Ensino Médio: o estudo do apagamento*, retoma as discussões em torno do termo “prática de análise linguística”, defendida por João Wanderley Geraldi nos anos 80. Com base nas discussões sobre transposição didática e recontextualização didática, as autoras mostram como existe um apagamento da autoria e de dimensões contextuais importantes do surgimento do conceito de “análise linguística” nos trabalhos de Geraldi e as formas de apropriação do conceito por dois documentos recentes:

Orientações Curriculares para o Ensino Médio e Referenciais Curriculares para o Estado da Paraíba. A perspectiva histórica adotada e as explicações sobre diferentes conceitos (gramática, análise linguística; atividade linguística, epilinguística e metalinguística) contribuem consideravelmente para nossa interpretação do processo de divulgação científica e determinadas marcas enunciativas nos textos oficiais que re(a)presentam e prescrevem o trabalho dos professores de língua portuguesa.

Uma contribuição para a história da disciplina Língua Portuguesa e para a formação de professores é a compreensão do livro didático como um gênero do discurso. Baseando-se em tal perspectiva histórica e cultural para estudar os impressos escolares, Ester Maria de Figueiredo Souza e Dayana Junqueira Ayres, no seu artigo denominado *Livro didático de português: encadeamentos dialógicos para uma política linguística implícita*, retomam elementos da configuração discursiva do LDP nos últimos 50 anos para defender uma perspectiva da análise dialógica do discurso inspirada no Círculo de Bakhtin. O foco nas políticas linguísticas para elaboração de materiais didáticos – especificamente o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático – potencializa uma análise do currículo prescrito para o ensino de língua por meio dos materiais didáticos (algo comum desde o século XIX). De forma inovadora, a pesquisa analisa os comentários apreciativos do Guia do PNLD 2012 de uma coleção didática e a réplica aos comentários da avaliação oficial na edição seguinte do PNLD 2105. Assim, a rede dialógica que compõem o que é a disciplina língua portuguesa é alargada também para as prescrições do PNLD, suas avaliações e produções de enunciados concretos (as resenhas do Guia do PNLD, por exemplo).

O número temático da Domínios de Lingu@gem que apresentamos aqui serve como exemplo da riqueza teórico-metodológica e das várias facetas que compõem a disciplina Língua Portuguesa, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Esperamos que os artigos que compõem esse número possam incentivar outras pesquisas para compreender o “passado”, o “presente” e o “futuro” desta disciplina escolar, que ganhou status e legitimidade nos últimos dois séculos. Boa leitura!

Clecio Bunzen (UFPE)

Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BATISTA, A. A. **Aula de Português: discursos e saberes escolares**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BUNZEN, C. **Dinâmicas discursivas na aula de Português: os usos do livro didático e projetos didáticos autorais**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BUNZEN, C. A fabricação da disciplina escolar Português. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, set./dez., p. 885-911, 2011.

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2005.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, 2, 177-229, 1990.

CHERVEL, A. ; COMPÈRE, M.-M. As humanidades no ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul./dez. 1999. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97021999000200012>

FÁVERO, L. L. Heranças – a educação no Brasil Colônia. **Revista da ANPOLL**, Brasília, n. 8, p. 87-102, jan./jun. 2000.

PIETRI, E. de. **A constituição do discurso da mudança do ensino de língua materna no Brasil**. 2003, 202f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PINTO, N. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014.

RAZZINI, M. **O espelho da nação: a “Antologia nacional” e o ensino de português e de literatura**. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RAZZINI, M. História da disciplina Português na escola secundária brasileira. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Sergipe, v. 4, p. 43-58, jan./jun. 2010.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004.

SOARES, M. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor-leitor. In: MARINHO, M. (org.) **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, p. 31-76, 2001.